



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8784 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS ANOS 2000: DA BASE NA DOCÊNCIA PARA A BASE DA COMPETÊNCIA

Renan Rocha Gonçalves - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Jocyléia Santana dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS ANOS 2000: DA BASE NA DOCÊNCIA
PARA A BASE DA COMPETÊNCIA**

Resumo: O trabalho é parte da pesquisa em andamento que vimos desenvolvendo no xxxxx/xxxxx sobre a formação de professores na BNCC e na BNC-Formação. Nosso Objetivo geral é identificar concepções filosóficas, didáticas e pedagógicas descritas nas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica nas resoluções de 2015 e 2019. A partir das diretrizes curriculares delimitamos a problemática na questão norteadora: Qual/quais a/as concepção/concepções de formação de professores está definida na legislação dos anos 2000? Nosso Objetivo geral: compreender os sentidos das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, trabalhando o conteúdo, conceitos e concepções. Trata de pesquisa qualitativa de Revisão Teórica e Documental com base na legislação educacional vigente sobre formação de professores com fundamentação teórica de MACEDO (2002), TARDIF (2014), CURY & ZANARDI (2018), VEIGA & SILVA (2018), além dos pareceres e resoluções que fixam diretrizes curriculares. No intento de compreender os sentidos das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, trabalhando o conteúdo, conceitos e concepções, este trabalho busca evidenciar os projetos de formação em disputa atrelados a concepções maximizadas da nossa sociedade que extrapolam os próprios limites da educação e da formação de professores, e que dizem respeito a forças que afetam a sociedade em todas as suas dimensões. Nas considerações finais enfatizamos a base de formação de professores nas diretrizes curriculares nacionais de 2015 em contraponto as diretrizes curriculares nacionais de 2019.

Palavras-chave: Formação de professores; Diretrizes curriculares nacionais; BNCC – Formação.

Introdução

A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (xxxxxxxxxxxxxx), na linha de pesquisa: **Estado, Sociedade e Práticas Educativas**. O objeto de pesquisa: as diretrizes curriculares para a formação de professores brasileiros. A partir dessa tematização delimitamos a problemática na questão norteadora: Qual/quais a/as concepção/concepções de formação de professores está definida na legislação dos anos 2000? Nosso Objetivo geral: compreender os sentidos das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, trabalhando o conteúdo, conceitos e concepções. Objetivos específicos: a) identificar concepções filosóficas, didáticas e pedagógicas descritas nas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica nas resoluções de 2015 e 2019; b) destacar a concepção de formação de professores para os a EI e AIEF na BNCC-Formação.

QUANTAS DÉCADAS MAIS PARA TERMOS BASE FORMATIVA

Em 20 de dezembro de 2020 a lei de diretrizes e bases da educação nacional completa 24 anos. Antes do marco legal, que é a LDB, muito se discutia a ideia de magistério. Pós-LDB pode-se dizer que há uma definição expressa do que é ser docente no Brasil, quando o legislador definiu as incumbências, quais sejam, a obrigatoriedade no planejamento da proposta pedagógica da escola, no cumprimento do plano de trabalho conforme a proposta pedagógica da escola, o zelo pela aprendizagem dos alunos, aplicar recuperação de rendimento dos alunos, cumprir os dias letivos e horas aulas e propor com atividades de articulação escola, família e comunidade.

Para além da questão legal, diversos autores sejam na didática seja na metodologia, conceituam, descrevem e debatem a docência seja ela na Educação Básica ou na Educação Superior. Na perspectiva da formação didaticamente docência se propõe a dispor aos professores o conhecimento pedagógico. Por outro lado, a docência tem no ensino seu objeto de investigação e pesquisa, portanto, o processo formativo de professores basicamente se dá sobre quatro tipos de saberes: a) saberes das áreas de conhecimento; b) saberes pedagógicos, c) saberes didáticos; d) saberes da experiência.

O parecer CNE/CP 009 2001 faz uma crítica ao preparo inadequado dos professores ao afirmar que está se manteve predominantemente no formato tradicional e não contempla muitas das características consideradas na atualidade como constitutivas da atividade docente, quais sejam:

orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento cultural; desenvolver práticas investigativas; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (BRASIL, Parecer 9/2001).

Há que se lembrar que esta discussão da docência vem desde 1990 na Conferência de Educação para Todos de Jomtien, ao se tratar da educação básica assegurava a necessidade de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Os pesquisadores da educação chegam a criticar o ideário (ante)pedagógico da Educação para Todos, em relação a estratégia de redefinir o papel da educação mundial em que todos os representantes, cerca de cem países, deveriam se comprometer na oferta da educação básica fundamentada na ideia de satisfação de necessidades básicas de

aprendizagem.

Em 2015, a resolução 02 que fixou as diretrizes curriculares nacional para a formação inicial e para a formação continuada, ao nosso ver, definiu docência de forma bastante ampliada:

A docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (BRASIL, CNE/CP 02/2015)

Nessa diretriz se considera a consolidação das normas nacionais:

Que a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade (BRASIL, CNE/CP 02/2015).

Todavia, não se pode deixar de tratar a docência em seu aspecto restrito, pois assim o foi concebida no decreto de 1999 que criou o curso Normal superior com a prerrogativa de contemplar na docência as áreas de conteúdo metodológico adequado a faixa etárias dos alunos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental incluindo especificamente metodologias de alfabetização e áreas de conteúdo disciplinar.

É nesse momento da história da formação que ao se tratar do curso de pedagogia o parecer o parecer CNE/CP 5 de 2005 ao definir as finalidades do curso assegura quais os conhecimentos pedagógicos necessário às atividades docentes definidas como sendo:

Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; 7 - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, CNE/CP 05/2005).

Interessante discutirmos o que o parecer 09 de 2001 traz como questões a serem enfrentadas na formação de professores dentre outros aspectos, sobre a concepção restrita de prática criticando a forma segmentada de prática em dois polos isolados entre si, um caracteriza o trabalho em sala de aula, e o outro, caracteriza as atividades de estágio afirmando que o primeiro polo supervaloriza os conhecimentos teóricos desprezando as práticas, e o segundo polo supervaloriza o fazer pedagógico desprezando a dimensão teórica. Portanto, a questão a ser superada é a de que o estágio não é o espaço simplesmente reservado à prática enquanto que na sala de aula aconteceria a teoria. Logo “conhecimento pedagógico” refere-se ao conhecimento de diferentes concepções sobre temas próprios da docência, ou seja, currículo; elaboração de currículo; transposição didática; planejamento de ensino; gestão de sala de aula; desenvolvimento e avaliação das situações didáticas; avaliação das didáticas; avaliação das aprendizagens dos alunos.

Considerações finais

Nos anos de 1990, a formação de professores foi impactada pela disputa de dois projetos de formação: um representativo das entidades/associações docentes e o outro do governo federal. Em 8 de maio de 2001, foi aprovado o Parecer CNE/CP 009/2001 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Em 1º de julho de 2015, é aprovada a Resolução nº 2, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Em 20 de dezembro de 2019, o Conselho Nacional de Educação aprova a Resolução CNE/CP nº 2, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Neste intervalo de tempo de menos de duas décadas, a formação de professores no Brasil, foi objeto de dessas definições sem consolidar nenhuma dessas propostas de formação.

Ainda se faz necessário nos anos 2000, apresentar as diretrizes para a formação inicial e continuada de professores da educação básica assentadas no Parecer CNE/CP 02/2015 aprovado no dia 09 de junho de 2015 e homologada pelo MEC em 22 de junho de 2015. A construção das diretrizes representa a culminância de quase duas décadas de discussões e mobilizações em torno da construção de um projeto formativo que valorizasse e profissionalizasse os trabalhadores do magistério, condensando as concepções das entidades representativas dos profissionais da educação e as dos dirigentes governamentais.

A partir desse pressuposto enfatizamos que a base de formação de professores nas diretrizes curriculares nacionais de 2015 faz contraponto as diretrizes curriculares nacionais de 2019. Uma base que não se quer currículo, mas é currículo nacional, e portanto, mercantilista ao se basear em competências da educação infantil passando pelas demais etapa da educação básica, até o ensino médio.

Referências:

CURY, Carlos Roberto Jamil.; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base nacional comum curricular: dilemas e perspectivas**. Cortez: São Paulo, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. A formação de professores no curso de pedagogia e o lugar destinado aos conteúdos do ensino fundamental: que falta faz o conhecimento do conteúdo a ser ensinado às crianças. In. **Curso de Pedagogia: Avanços e Limites após as diretrizes curriculares nacionais/ Magali Aparecida de Silvestre, Umberto de Andrade Pinto, (org.)**. – São Paulo: Cortez, 2017.

LOPES, Alice C. & MACEDO, Elizabeth. (Orgs.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo, Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VEIGA, Passo Alencastro Veiga; SILVA, Edileuza Fernandes (Org). **Ensino Fundamental: da LDB à BNCC**. Campinas, SP: Papirus, 2018.